



IDOSO

//NOTÍCIAS DA IMPRENSA

Memória perdida por Alzheimer pode ser recuperada, diz estudo

Pesquisa sugere que doença não destrói memória, mas a torna inacessível. Estudo que dá esperança para pacientes foi publicado na revista 'Nature'.

Fonte: G1 – Bem Estar – France Presse – 17/03/2016

Pessoas que sofrem do mal de Alzheimer podem não ter “perdido” a memória e ter apenas dificuldade para recuperá-la. É o que sugerem pesquisadores que nesta quarta-feira (16) revelaram a possibilidade de um tratamento que pode algum dia curar os estragos da demência.

O prêmio Nobel Susumu Tonegawa afirmou que estudos realizados em ratos mostram que estimulando áreas específicas do cérebro com luz azul, os cientistas podem conseguir que os animais lembrem experiências às quais não conseguiam ter acesso antes.

Os resultados fornecem algumas das primeiras evidências de que a doença de Alzheimer não destrói memórias específicas, mas as torna inacessíveis.

“Como seres humanos e camundongos tendem a ter princípios comuns em termos de memória, nossos resultados sugerem que os pacientes com a doença de Alzheimer, pelo menos em seus estágios iniciais, podem preservar a memória em seus cérebros, o que indica que eles têm chances de cura”, afirmou Tonegawa à AFP.

Experimento

A equipe de Tonegawa usou camundongos geneticamente modificados para mostrar sintomas semelhantes aos dos seres humanos que sofrem de Alzheimer, uma doença degenerativa do cérebro que afeta milhões de adultos em todo o mundo.

Os animais foram colocados em caixas por cuja superfície inferior passa um baixo nível de corrente elétrica, causando uma descarga desagradável, mas não perigosa em seus membros.

Um rato que não tem Alzheimer que é devolvido para o mesmo recipiente 24 horas depois tem um comportamento medroso, antecipando, assim, a sensação desagradável.

Camundongos com Alzheimer não reagem da mesma forma, indicando que não guardam nenhuma memória da experiência.

Mas quando os pesquisadores estimulam áreas específicas do cérebro dos animais - as chamadas “células de engramas” relacionadas à memória - usando uma luz azul, lembram da sensação desagradável.

O mesmo resultado foi observado inclusive quando se colocavam os animais num recipiente diferente durante o estímulo, o que sugere que a memória teria sido retida e se ativou.

Conexões sinápticas

Ao analisar a estrutura física do cérebro dos camundongos, os pesquisadores mostraram que os animais afetados com a doença de Alzheimer tinham menos “espinhas dendríticas”, através das quais as conexões sinápticas são formadas.

Com a repetição dos estímulos de luz, os animais podem incrementar o número de espinhas dendríticas atingindo o nível de ratos normais, então voltando a mostrar um comportamento de medo no recipiente de origem.



Prezado(a),
para preservar as informações contidas no periódico,
é necessário estar logado na intranet para carregar os links.

ÍNDICE

IDOSO

Notícias da Imprensa	fl.01
Notícias do Judiciário	fl.05
Notícias do Legislativo	fl.05

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Notícias da Imprensa	fl.06
Notícias do Judiciário	fl.10
Notícias do Legislativo	fl.11
Institucional	fl.11

EXPEDIENTE

Centro de Apoio Operacional das
Promotorias de Justiça de Proteção
ao Idoso e à Pessoa com Deficiência

Av. Marechal Câmara, 370 - 6º andar
Centro - CEP 20020-080
Telefones: 2215-6326 | 2215-6112
E-mail: caoidosopdef@mprj.mp.br

Coordenador
Luiz Cláudio Carvalho de Almeida

Subcoordenador
Rafael Luiz Lemos de Sousa

Servidores
Alexandre Cavassoni Rosa
Thaiza Marques de Miranda e Silva
Rodrigo Firmino da Silva
Rosemary Rodrigues Cruz

Estagiários
Gabriel Rodrigo Quinto Da Silva
Pedro Beny Tostes Bria

...

Projeto gráfico
STIC - Gerência de Portal
e Programação Visual



“A memória de ratos foi recuperada através de um sinal natural”, disse Tonegawa, referindo-se ao recipiente que causava o comportamento de medo.

“Isto significa que os sintomas da doença de Alzheimer em camundongos foram curados, pelo menos em seus estágios iniciais”, disse.

A pesquisa, patrocinada pelo Centro RIKEN-MIT para Genética de Circuitos Neurais, é a primeira a mostrar que o problema não é a memória, mas sua recuperação, disse o centro com sede no Japão.

Boa notícia para pacientes de Alzheimer

“É uma boa notícia para os pacientes de Alzheimer”, disse Tonegawa por telefone à AFP desde seu escritório em Massachusetts. Tonegawa obteve em 1987 o prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina.

O estímulo ótico das células cerebrais - técnica chamada “optogenética” - implica inserir um gene especial nos neurônios para fazê-las sensíveis à luz azul, e depois estimulam partes específicas do cérebro.

A optogenética foi usada anteriormente em tratamentos psicoterapêuticos para doenças mentais, como depressão mental e transtorno de estresse pós-traumático (PTSD).

Tonegawa disse que a pesquisa em ratos dá esperança para o tratamento futuro do mal de Alzheimer que afeta 70% das 4,7 milhões de pessoas no mundo sofrem de demência, um número que deve aumentar à medida que nos países desenvolvidos como o Japão as pessoas vivem cada vez mais tempo. Mas adverte que muito trabalho ainda é necessário.

“Os níveis iniciais de Alzheimer poderiam ser curados, no futuro, se conseguirmos uma tecnologia com ética e segurança para o tratamento de condições humanas”, acrescentou. A pesquisa foi publicada na revista “Nature”.

Idosos são os mais atingidos por embolia pulmonar, que internou a atriz Eva Wilma

Fonte: Extra – Camila Muniz – 31/03/2016

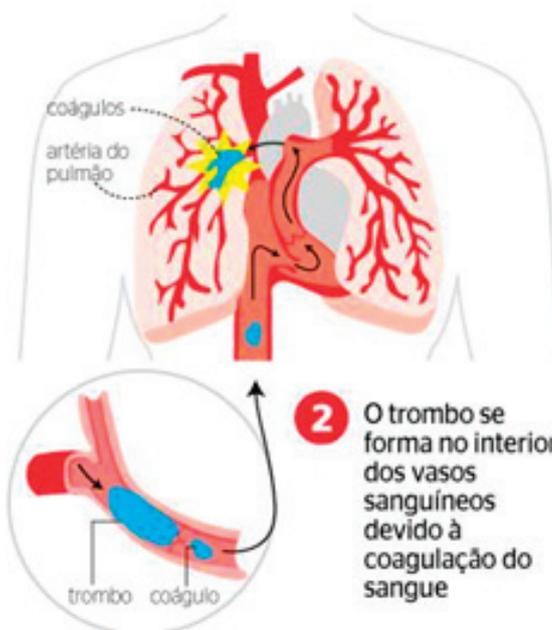
Aos 82 anos, a atriz Eva Wilma está internada desde a última sexta-feira, em São Paulo, com embolia pulmonar. Idosos são o grupo da população mais propenso a desenvolver o problema, caracterizado pelo entupimento de um vaso sanguíneo do pulmão por um coágulo. O acompanhamento médico regular para monitorar alterações na circulação é importante para prevenir o quadro, responsável por cerca de 15% dos casos de morte súbita, segundo estimativas.

Na origem da embolia pulmonar está a trombose venosa profunda, doença que forma trombos nas veias devido à estagnação do sangue no interior delas. Ela pode ocorrer devido ao mau funcionamento dos vasos sanguíneos, que vão perdendo a capacidade de contrair e relaxar corretamente ao longo do tempo, ou a distúrbios na coagulação do sangue. Embora a idade pese entre os fatores de risco, o problema vem se tornando mais comum entre jovens de ambos os sexos por causa da utilização indevida de hormônios.

— A pílula anticoncepcional engrossa o sangue. Por isso, o ginecologista deve orientar a mulher para ela usar o hormônio mais adequado (ao próprio caso) — diz o angiologista e cirurgião vascular Carlos Peixoto, presidente da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular do Rio de Janeiro, condenando a automedicação. — Os anabolizantes alteram a função hepática, e os fatores de coagulação sanguínea se formam no fígado. Então, qualquer mudança no órgão faz a pessoa ter mais chance de formar trombose.

ENTENDA O PROBLEMA

- 1 A embolia pulmonar é caracterizada pela obstrução de artérias do pulmão por coágulos (ou êmbolos), que são fragmentos de um trombo



- 2 O trombo se forma no interior dos vasos sanguíneos devido à coagulação do sangue
- 3 Na maioria das vezes, esse trombo se forma na panturrilha, mas pode também instalar-se nas coxas e, ocasionalmente, nos braços
- 4 Ao se fragmentar, o trombo libera os coágulos, que podem causar entupimentos nas veias em várias partes do corpo
- 5 Também podem parar em órgãos como o pulmão, provocando a embolia pulmonar, e no cérebro, causando o acidente vascular cerebral (AVC)



Fonte: angiologista e cirurgião vascular Carlos Peixoto, presidente da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular do Rio de Janeiro (SBACV-RJ)

Fazer atividade física é medida de prevenção

Controlar o peso, evitar ficar muito tempo parado, fazer atividade física e consultar o médico sobre o uso de meias elásticas em viagens longas (nunca utilize sem orientação) ajudam a prevenir a trombose e a embolia pulmonar.

O caso de Eva Wilma, considerado leve (quando o coágulo fecha um vaso de pequeno calibre), está sendo tratado só com medicamentos, que visam afinar o sangue. Segundo o angiologista e cirurgião vascular Eduardo Fávero, a cirurgia é necessária quando o vaso afetado é de grosso calibre.

Casal de idosos faz roupinhas de crochê para famílias carentes

Artidor e Therezinha passam até 12 horas por dia fazendo as peças e depois doam para as famílias que precisam.

Fonte: Crescer Online – não encontrado - 04/04/2016

Casaquinhos, gorros, e meias fazem parte da rotina de Therezinha e



Artidor Ramos que moram em Joinville, em Santa Catarina. Eles passam até 12 horas por dias “crochetando” as peças. Além de uma maneira de ocupar o tempo, o hábito é para o casal de idosos um jeito de estimular a coordenação motora e uma forma de ajudar os outros.

Todas as roupas feitas pelos dois são doadas para conhecidos e para as crianças carentes atendidas pela Associação Benfícete Mutirão do Amor, que há mais de 30 anos ajuda famílias que não têm condições de pagar por um enxoval. “Fico o dia todo fazendo e não faço outra coisa”, contou Artidor em uma reportagem feita pelo canal local RICTV. “Gosto estar fazendo as coisinhas”, disse.

Entre a equipe do Mutirão do Amor, o trabalho do casal é conhecido pela precisão e beleza. Segundo informações da RICTV, Artidor foi diagnosticado com Alzheimer e o crochê o tem ajudado a manter a memória em dia. “Acho bom porque aí a gente não esquece”, disse Artidor. “Quando esqueço o que fazer, pergunto para a Therezinha e ela me lembra de novo como é”, explica.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

Psicóloga mobiliza web e obtém auxílio a idosos com Alzheimer em voo

Filha de paciente, ela fez abaixo-assinado com 32 mil nomes e conseguiu acompanhante.

Fonte: O Globo – não encontrado - 04/04/2016



Maria Lúcia com seu acompanhante em viagem feita em março – Divulgação

RIO — Durante quatro anos, a psicóloga Mônica Mastrantonio teve que enfrentar alguns obstáculos para receber a visita da sua mãe em São Paulo, já que Maria Lúcia, que tem 70 anos e vive em Londrina, no Paraná, não podia viajar sozinha (a idosa sofre de mal de Alzheimer). No entanto, após obter 32 mil assinaturas em uma petição online no site Change.org, Mônica fez com que a companhia aérea “Gol” criasse um serviço de acompanhamento para idosos com demência.

— A maioria das pessoas com Alzheimer, com exceção de quem está em um estágio avançado da doença, precisa de apoios simples para viajar. É mais um suporte para orientar sobre os procedimentos, subir e descer escadas, pegar a bagagem e, por fim, entregá-la para a pessoa indicada no desembarque— explica Mônica.

Com o serviço, o acompanhante realiza o embarque do cliente e o acomoda no voo. A partir daí, a pessoa fica sob os cuidados da tripulação e quando chega ao destino outro acompanhante faz o desembarque. O serviço pode ser solicitado durante a compra da passagem. O abaixo-assinado foi direcionado a todas as companhias aéreas do país, mas, segundo Mônica, até o momento, apenas a Gol disponibilizou o serviço.

Para conseguir um número tão expressivo de assinaturas, a psicóloga mobilizou amigos e familiares e passou a responder a todos os comentários de apoiadores da causa.

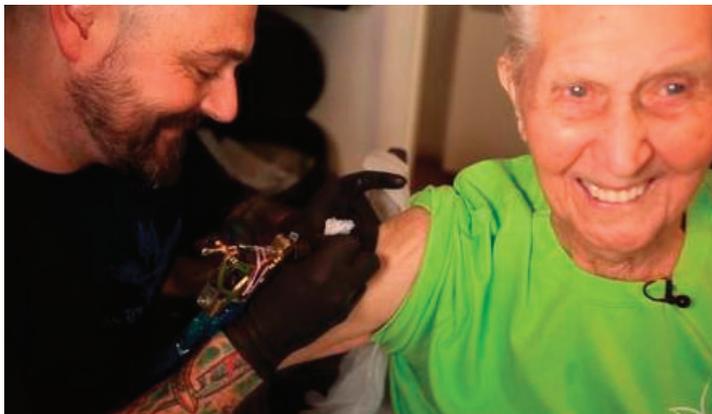
— Fiquei muito surpresa quando percebi que nenhuma empresa oferece este cuidado. Fiquei muito feliz com o resultado da mobilização, é um direito deles. Cada vez mais há idosos viajando, a população brasileira está envelhecendo e as empresas têm de se preparar para atender a essa demanda— afirmou.

Em nota, a Gol afirmou que “trabalha continuamente para proporcionar sempre os melhores serviços a todos os seus clientes e realiza investimentos significativos para qualidade do atendimento.” A empresa acrescentou ainda:

“O feedback de nossos clientes é fundamental para continuarmos garantindo a máxima: ‘Aqui todo mundo pode voar!’ em que qualquer cliente, em qualquer lugar, tenha fácil acesso ao nosso atendimento e tenha sempre a sua solicitação atendida.”

Idoso de 104 anos tatua o braço para comemorar aniversário e quebra recorde mundial

Fonte: Extra – não encontrado - 06/04/2016



Um morador do vilarejo de Hollingwood se tornou a pessoa mais velha do mundo a ser tatuada pela primeira vez. Jack Reynolds, de 104 anos, também conhecido como “Jacko”, nasceu no dia 6 de abril de 1912 e, encorajado pela filha, Jayne Goodwin, de 55, decidiu se aventurar em estúdio de tatuagens. Sua estreia é discreta, mas significativa: ele ganhou em seu braço direito o desenho de seu apelido e de sua data de nascimento. Agora, Jack Reynolds entrará para o Guinness Book.

Ao site ‘Metro’, Jayne conta que seu pai nunca gostou muito de tatuagens, mas ao receber a sugestão da filha, decidiu ceder por um motivo nobre: ele está angariando fundos para ajudar o Ashgate Hospicecare, um hospital psiquiátrico que atende idosos em estado terminal. Jacko, então, decidiu transformar sua ida ao tatuador em uma campanha de divulgação da entidade.

“Ele disse, inicialmente, que queria tatuar o bumbum, mas depois se arrependeu ao lembrar que teria que sair por aí mostrando a tatuagem”, diverte-se Jayne, ao comentar a aventura do pai, que é avô de oito netos e bisavô de 21 bisnetos.

Projeto sintoniza universitários e idosos em uma troca de experiências

Iniciativa de estudantes da UFRJ forma duplas de gerações diferentes e com interesses afins.



Fonte: O Globo – Mayara Mendes - 06/04/2016

Uma das duplas do projeto, Bruna, de 22, e Norma, de 95, trocam ideias - Daniel Marenco / Agência O Globo

RIO — Em uma tarde na casa de repouso Vilar do Sol, em Botafogo, Norma Medeiros, de 95 anos, ocupa seu tempo recortando jornais e separando fotos da família. A tarefa, ao contrário do que possa parecer, não tem nada de solitária. Ao seu lado está a estudante Bruna Cataldo, de 22 anos. À medida que auxilia a amiga, 73 anos mais velha, Bruna dá início a um bate-papo animado.

O encontro entre as duas se deve ao projeto “De geração para geração”, criado por três estudantes de Economia da UFRJ e premiado pela universidade. A iniciativa une duplas de idosos e universitários com interesses afins. As relações criadas trazem benefícios tanto à saúde dos idosos quanto à dos jovens, que aprendem com quem já viveu tanto.

— Eu e Norma, mesmo com idades diferentes, temos muita coisa em comum. É um momento de descontração. Eu fui para ajudar e acabei sendo ajudada — esclarece Bruna.

A ideia do projeto surgiu a partir da experiência de Luisa Iachan, de 21 anos, que percebeu como a sua companhia fazia bem aos seus avós.

— É quase medicinal, terapêutico. Às vezes minha avó reclamava de dor e quando eu ia embora ela nem lembrava que tinha sentido dor um dia — relata Luísa.

Ao cursar uma matéria de empreendedorismo, buscando soluções para problemas sociais, a estudante encontrou nos amigos Fernando Freitas e Frederico Pontes a parceria para criar o “De geração para geração”.

— O projeto é muito bem recebido. Temos experiências bonitas de pessoas que literalmente se encontraram — resume Luísa.

Idoso com Alzheimer pode ter curadora nomeada sem sofrer interdição

Fonte: Consultor Jurídico – 02/04/2016

Por entender que um idoso com a doença de Alzheimer ainda possui discernimento quanto a sua orientação no tempo e no espaço, a juíza Coraci Pereira da Silva, da Vara de Família e Sucessões da comarca de Rio Verde (GO), negou o pedido de interdição total feita pela filha do homem de 85 anos. Porém, seguindo o Estatuto da Pessoa Deficiente (Lei 13.146/2015), a juíza acolheu o pedido para nomear a autora da ação como curadora de seu pai.

Assim, ela poderá representá-lo nos atos relativos à administração de bens e valores, celebração de contratos e outros que exijam maior capacidade intelectual, além dos atos previstos no artigo 1.782, do Código Civil, que é emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado e atos que não sejam de mera administração.

Na audiência, o idoso foi entrevistado pela juíza, ocasião em que foi retificado o pedido inicial, no sentido de que fosse reconhecida a interdição parcial e não total. O Ministério Público emitiu parecer, concordando com a retificação da autora, argumentando pela interdição parcial do idoso, com a consequente nomeação da filha para exercer a curatela.

No entanto, ao analisar o caso, Coraci da Silva aplicou o Estatuto da Pessoa com Deficiência. De acordo com esta lei, a pessoa com deficiência não deve ser mais tecnicamente incapaz, na medida em que a deficiência não afeta a plena capacidade. A juíza lembrou que até a aprovação do estatuto, a doença mental ou psiquiátrica eram causas determinantes de interdição. Assim, eram vistas como incapazes para gerir os próprios bens e praticar os demais atos da vida civil.

Incapacidade parcial

Segundo a decisão ficou provado que o interditando precisa da ajuda de terceiros para praticar as atividades da vida civil. Porém, na entrevista, ele demonstrou ter compreensão e consciência da realidade do mundo em que vive, deixando claro que possui discernimento quanto a sua orientação no tempo e no espaço.

“O interditando está lúcido, demonstrando-se orientado no tempo e no espaço, com delimitação na sua capacidade de memorização, decorrente do Alzheimer, enfermidade que o próprio interditando tem conhecimento, pois se justificou ao argumentar o motivo de não se recordar para responder o que lhe foi questionado quanto ao tempo e nome de autoridades políticas da nossa região. Porém, demonstrou noções de conhecimentos gerais ao responder com precisão o valor do salário-mínimo, o qual foi recentemente atualizado”, ressaltou.

Para Coraci da Silva os elementos demonstraram que é inegável reconhecer que o interditando necessita de adequada curatela para manutenção de seu bem-estar e gerir seu patrimônio, pois ainda não foi descoberto tratamento para a cura do Alzheimer — portanto, a tendência dele é necessitar de apoio nesta fase da vida.

A magistrada destacou que o Estatuto da Pessoa com Deficiência é expresso ao afirmar que a curatela é extraordinária e restrita a atos de conteúdo patrimonial ou econômico e o curador não tem poderes ilimitados. Sendo assim, a juíza salientou que o procedimento da curatela continuará existindo, ainda que em nova perspectiva. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-GO.*

Filho e ex-mulher têm dever de amparar pai em caso de necessidade

Fonte: Consultor Jurídico – 06/04/2016

Um idoso com problemas de saúde receberá pensão alimentícia do filho e da ex-mulher. A determinação é da 6ª Turma Cível do Tribunal de

Justiça do Distrito Federal, que considerou que o dever de amparar o genitor em caso de necessidade está previsto no Código Civil.

O autor do pedido de pensão tem mais de 70 anos e afirmou que não tem renda para sobreviver com dignidade nem para arcar com tratamentos médicos e remédios.

A ex-mulher e o filho afirmaram que deixaram de morar com o idoso por ele ser uma pessoa de difícil convivência. Alegaram não ter condições financeiras para pagar a pensão pleiteada e sustentaram que o homem tem patrimônio incompatível com o pedido e que não comprovou efetivamente necessitar dos alimentos.

Em primeira instância, o juiz da 1ª Vara de Família do Gama julgou procedente a ação e determinou o pagamento de pensão alimentícia no valor equivalente a 6% dos rendimentos brutos dos demandados. As partes recorreram da sentença, mas a 6ª Turma Cível manteve a condenação na íntegra.

De acordo com os desembargadores, no caso do filho, o dever de amparar os pais, inclusive com a possibilidade de prestação de alimentos, está disposto no artigo 229 da Constituição Federal e artigo 1.696 do Código Civil.

Em relação à ex-mulher, os desembargadores concluíram que ela também tem o dever de prestar alimentos. “Conforme prevê o artigo 1.694, do Código Civil, o dever de prestar alimentos não termina com o fim do casamento, tendo o ex-cônjuge, que demonstra a necessidade do seu recebimento, o direito de obter prestação alimentícia compatível com a sua condição social”, diz trecho da decisão. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-DF.*

//NOTÍCIAS DO LEGISLATIVO

Resolução do Senado pode cancelar dispositivo do Estatuto do Idoso

Fonte: Agência Senado – Da Redação – 11/04/2016

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode aprovar, nesta quarta-feira (13), a edição de resolução pelo Senado suspendendo a execução de dispositivo do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Essa recomendação foi dada pelo relator do Ofício “S” 47/2013, senador Valdir Raupp (PMDB-RO). A proposta segue, agora, para exame da Comissão Diretora.

O STF julgou inconstitucional o trecho do Estatuto do Idoso que acabava por garantir a todos os brasileiros maiores de 65 anos, independentemente da situação de vulnerabilidade social, um benefício assistencial mensal no valor de um salário mínimo (R\$ 880). O dispositivo em questão estabelecia que o benefício já concedido a qualquer outro membro idoso da família não seria computado para fins de cálculo da renda familiar per capita determinada pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

“O argumento central a orientar a decisão da Corte Excelsa é de que a medida viola o princípio constitucional da isonomia, ao dar tratamento favorecido, na concessão de benefícios assistenciais, às famílias integradas por idosos com 65 anos ou mais, em detrimento de outras famílias em igual estado de vulnerabilidade social, como, por exemplo, aquelas que abrigam pessoas com deficiência”, ressaltou Raupp em seu parecer.

Ao tratar do mérito da questão, o relator observou ainda que a fundamentação do benefício assistencial aos idosos tem amparo no

artigo 203 da Constituição Federal, que garante benefício mensal de um salário mínimo tanto aos idosos quanto às pessoas com deficiência sem condições de prover ou ter sua subsistência mantida pela família.

“Temos, assim, que reconhecer como acertada a decisão do STF em declarar inconstitucional o dispositivo inquinado, visto que confere tratamento desigual, em prejuízo de famílias integradas por pessoas com deficiência, violando o princípio constitucional da isonomia”, reforçou Raupp.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Grandes lojas que descumprirem lei do atendimento prioritário poderão pagar multa

Fonte: Agência Senado – Da Redação – 11/04/2016

Os grandes estabelecimentos comerciais que atendam o público por meio de balcões e guichês deverão dar tratamento prioritário a pessoas com deficiência, idosos com mais de 60 anos, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo. É o que prevê projeto (PLC 44/2014) aprovado nesta quinta-feira (14) pelo Plenário do Senado. A matéria volta à Câmara dos Deputados.

O texto deverá aperfeiçoar a legislação que trata do atendimento prioritário. Atualmente, a Lei 10.048/2000 prevê tratamento diferenciado e imediato somente em repartições públicas, concessionárias de serviços públicos e bancos. O PLC 44/2014 ainda determina que o desrespeito ao atendimento prioritário sujeitará a loja à multa correspondente a dez vezes o valor do menor benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social, ou seja, o salário mínimo, atualmente de R\$ 880.

Para o relator na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), então senador Paulo Davim (PV-RN), a questão precisa ser moralizada, uma vez que há um desrespeito tremendo no atendimento ao público, especialmente nos grandes negócios. Entretanto, ele considerou injusto sujeitar às mesmas regras e punições tanto uma multinacional quanto um sapateiro que, em seu quiosque, atende clientes atrás do balcão. Por isso, apresentou emendas prevendo que a proposta se aplica apenas àqueles estabelecimentos em que ocorre, “a título constante e previsível, a formação de filas e que, portanto, revelam volume de negócios compatível com a dimensão das multas estabelecidas”.

No Plenário, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que a mudança na lei é importante para garantir a efetividade prática dessa norma, que vem sendo descumprida por falta de punição aos infratores.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

//NOTÍCIAS DA IMPRENSA

Bracelete funciona como tradutor da linguagem de sinais

Mecanismo busca aumentar a autonomia de pessoas com deficiência auditiva.

Fonte: Como Será? – Não encontrado – 26/03/2016

Pesquisadores de Manaus desenvolveram um bracelete capaz de traduzir o que está sendo dito em Libras para a linguagem falada. O bracelete é uma ferramenta de inclusão, que com auxílio de sensores de movimento ajuda na comunicação de pessoas com deficiência auditiva.

Para ter acesso à matéria, clique [aqui](#).

Obstáculos impedem caminhada segura de deficientes em pisos táteis

Reportagem do G1 mostra casos de guias instaladas irregularmente. Prefeitura disse que vai localizar responsáveis e que eles serão notificados.

Fonte: G1 Minas Gerais – Alex Araújo – 01/04/2016



No caminho do piso tátil na Rua Dias Adorno tem placa de sinalização e árvores (Foto: Alex Araújo / G1)

Obstáculos dificultam a locomoção de pessoas com deficiência visual ou que têm baixa visão em pisos táteis em Belo Horizonte. As guias - diferenciadas porque têm textura e cor em destaques e que deveriam orientar - foram instaladas de forma irregular em pelo menos três locais na Região Centro-Sul da capital mineira. No caminho, há placas de sinalização, bancas de jornal e árvores.

Na Rua Dias Adorno, 347, no bairro Santo Agostinho, o deficiente que precisar se orientar para andar pelo piso tátil colocado em frente ao Ministério Público de Minas Gerais corre grande risco de se chocar em uma placa de sinalização de “carga e descarga”, e também de cair dentro do canteiro de duas árvores que estão plantadas no passeio.

Na Avenida do Contorno, 8.000, no bairro Lourdes, próximo à trincheira da Avenida Raja Gabaglia, o piso tátil leva o deficiente a uma banca de jornal, onde a condução é interrompida. A pessoa que tentar se orientar vai dar de cara, literalmente, com a banca.

Perto dali, na Rua Curitiba, 2.081, também no Lourdes, o piso tátil encaminha o deficiente para dentro do canteiro de uma árvore frondosa.

Regras

De acordo com a professora do curso de arquitetura e urbanismo do Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH) Taís Tavares Mascarenhas, a questão da acessibilidade é estabelecida pela norma brasileira (NBR) 9050/2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que estabelece critérios e parâmetros técnicos aplicáveis a projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade, e que

passou por uma revisão em 2015.

Taís explica que existem dois tipos de pisos táteis: o de alerta, com bolinhas, e o de sentido, com barrinhas sequenciais. A arquiteta disse que eles não são somente usados em espaços públicos e abertos, mas também em edificações fechadas como agências bancárias.

“Nas calçadas devem existir sempre quando não tem uma guia onde a pessoa possa pôr a mão, mas existe uma padronização de calçadas para regulamentar o desenho urbano”, explicou a urbanista.



Na Avenida do Contorno, 8.000, uma banca interrompe a guia (Foto: Alex Araújo / G1)

No caso do piso tátil no trecho mostrado pela reportagem na Avenida do Contorno, Taís disse que 40 centímetros antes de o piso chegar à banca, é preciso que um desvio com piso de alerta estivesse no local para orientar o deficiente.

Já nas ruas Dias Adorno e Curitiba como têm calçada portuguesa e ficam dentro do perímetro da Avenida do Contorno, os passeios são considerados patrimônios porque são originários desde a criação de Belo Horizonte. Contudo, Taís ressaltou que a segurança das pessoas nas calçadas, independentemente se deficientes ou não, tem que ser garantida.

“Quando tem calçada portuguesa existe um conflito de preservação. Por isso, o piso tátil é colocado próximo ao meio-fio e isso pode coincidir com o mobiliário urbano como bancas de jornal, placas de sinalização, postes, pontos de ônibus”. Segundo a arquiteta, o poder público tenta resolver como garantir a história da cidade, sem descaracterizá-la.

Prefeitura

A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) informou, por meio da Regional Centro-Sul, que a fiscalização constatou as irregularidades no local e que está averiguando quem são os responsáveis e que eles deverão regularizar o passeio no prazo de 30 dias após a notificação.

Segundo a nota encaminhada pela administração municipal, a princípio, constatou-se que o poste e a banca foram instalados após a sinalização tátil, sem que as readequações necessárias fossem feitas.

Ainda de acordo com o comunicado, bancas de revistas, postes de sinalização e quadrados ecológicos precisam ser contornados pela sinalização tátil conforme o padrão de cada via.

O tema é autismo

Especialista tira dúvidas de telespectadores e internautas. No estúdio,

Sandra conversa com a psiquiatra da Infância e Adolescência e coordenadora da Clínica do Programa de Transtorno do Espectro Autista, Rosa Magaly Moraes. Ela tira dúvidas de telespectadores e internautas sobre o assunto. Confira!

Fonte: *Como Será?* – não encontrado – 02/04/2016

Pergunta: Arthur Nascimento da Silva

Tenho um sobrinho de 7 anos, nasceu pré-maturo com 32 semanas, tem surdez profunda e microcefalia. O médico neurologista que o acompanha diagnosticou autismo. Já outra médica geneticista diz que não possui. Está realizando alguns exames (DNA) para descobrir alguma síndrome. Quanto ao autismo, existe algum exame específico para diagnosticar?

Resposta: Infelizmente, não existe um exame específico para diagnóstico de autismo. Muitos quadros, como microcefalia, alteração sensorial e déficits intelectuais podem se confundir com os sintomas de transtornos do espectro autista. Síndromes genéticas também podem ocorrer junto com o autismo.

Pergunta: Alexandre Pereira da Silva

Bom dia! Tenho um filho de 20 anos que apresenta de forma leve o transtorno de espectro autista, tem dificuldades em se concentrar nos estudos e em relação ao convívio social, qual o profissional mais indicado (psiquiatra ou psicólogo)? Moramos em Nova Friburgo/RJ, existe algum profissional nesta região que seja focado neste assunto? Obrigado!

Resposta: Alexandre, na verdade o ideal é seu filho ser avaliado por um psiquiatra. Esse profissional investigará possíveis comorbidades (diagnósticos que podem existir em conjunto com o autismo), solicitará uma avaliação de função executiva, se julgar necessário, e indicará um psicólogo comportamental, com experiência em treino de habilidades sociais para realizar a intervenção.

Pergunta: Andreia

Gostaria de saber quais fatores durante a gestação podem somatizar para acarretar no autismo? Foi comentado que existe uma relação dos fatores, portanto gostaria de saber onde encontro está lista.

Resposta: Inúmeros fatores pré-natais podem estar associados não só ao transtorno do espectro autista, mas a síndromes genéticas e outros diagnósticos psiquiátricos. Idade dos pais, uso de medicamentos e drogas durante a gravidez, infecções, gestações de risco, ganho de peso materno, intoxicações, tamanho e apresentação do bebê, Apgar baixo (nota que o bebê recebe do pediatra ao nascimento) são alguns dos fatores possíveis.

Pergunta: Aline Thayana

Bom dia! Tenho um sobrinho que hoje esta com três anos já na escola (no maternal) e uma coisa me intriga, pois desde bebê mais ou menos aos 9 meses ele passou a ter um interesse em rodas (de carro, de brinquedo, de bicicleta, de carrinho de bebê etc.) e sempre que chegava próximo a um roda ele procura girar e interagia pouco com as outras crianças, não chegava perto delas, só observava. Depois começou a ganhar carrinhos de miniatura e ele tem o costume de brincar com esses carrinhos sempre os enfileirando (mas também de outros jeitos comuns, fazendo o barulho do carro, por exemplo). Achei que esse tipo de brincadeira fosse apenas com os carrinhos, mas recentemente ele fez assim com algumas frutas (maça e pera) e quando fui mudar a ordem acabei deixando ele chateado. Bom, hoje ele interage normalmente com as crianças, adora estar na escola, com um ano ele já contava e lia os números de 1 a 10, sabia as cores, ou seja, ele é muito esperto para aprender. Mas fico intrigada com o jeito que o vejo brincar com os carrinhos e com as frutas. Meu sobrinho pode ser autista mesmo tendo um bom desempenho na aprendizagem?

Resposta: Dois pontos são importantes na sua pergunta. Primeiro: crianças com desenvolvimento normal podem ter períodos com manias

e formas atípicas de utilizar brinquedos, sem necessariamente terem autismo. Entretanto, quando falamos do transtorno do espectro autista, avaliamos o desenvolvimento global do indivíduo. A interação social, a atenção compartilhada, o interesse e a forma de se relacionar com crianças da idade precisam ser investigadas. Segundo: indivíduos com autismo podem ter déficit intelectual leve, moderado ou grave. Porém, também podem ter inteligência preservada e, em alguns casos, até acima da média.

Pergunta: Rejane

Bom dia, falando sobre o tema "Autismo", tenho muitas dúvidas. Meu filho não tem esse diagnóstico, porém tem características de um autista, estou levando ao psicólogo, ela ainda não tem uma avaliação definitiva, mas diz que ele apresenta uma síndrome do desafiador, queria saber mais sobre essa síndrome, como tratar e se é reversível? Obrigada!

Resposta: Sem avaliar seu filho é difícil ter opinião. Não conheço a "síndrome do desafiador". Sugiro procurar um psiquiatra da infância e adolescência, uma vez que o diagnóstico é um ato médico, esse profissional é o mais adequado para lhe ajudar e afastar qualquer dúvida.

Pergunta: Margid Uebel Coelho

Bom dia, em primeiro lugar gostaria de parabenizar pelo programa, e também pela reportagem da Dra. Rosa Magaly Morais que chamou muito a minha atenção porque meu irmão nos presenteou com a adoção da Ana Luíza, ela veio para nossa família já com 1 ano e meio, com dificuldades mil (não segurava a cabecinha, não falava, não andava, não sentava só e não mastigava - alimentação semi sólida). Ela começou a andar e falar com dificuldades com quase 4 anos. Hoje Ana Luíza tem 9 anos mas sua coordenação fina e fala ainda são deficientes. A reportagem me deixou dúvida, apesar do neurologista dizer que o fato dela estar assim fora pela desnutrição sofrida na primeira infância, parto pélvico e prematuro -1,200g. Ela é muito agitada, eufórica, alegre e isso atrapalha também a sua comunicação porque quer fazer muitas coisas ao mesmo tempo e assim quer agradar a todos. Isso pode ser identificado como autismo?

Resposta: Fico feliz que tenha gostado do programa. Nosso intuito foi levar informação para o maior número de pessoas, da forma mais simples e didática possível. Em relação à história da Ana Luíza há muitas variáveis. A desnutrição, o parto prematuro e o baixo peso são fatores de risco para o autismo. Porém, também são fatores de risco o déficit intelectual, paralisia cerebral nos mais diversos graus e outros atrasos do desenvolvimento, diferentes do autismo. As alterações motoras descritas por você não são típicas de um quadro de transtorno do espectro autista isolado. Sem uma investigação específica, não há como discernir. A avaliação por um psiquiatra da infância e adolescência irá ajudar.

Pergunta: Ivan Censi

Bom dia, numa consulta com Neuropediatria na data de ontem, meu filho foi constatado com traços de Autismo leve. Estamos levando ele no estímulo essencial desde set/2015 (1 ano e 8 m) dois dias por semana meio período e na creche os outros três períodos da manhã. Ele está respondendo muito bem desde set/2015 e está tentando formar frases, mas que ninguém entende o que ele diz. Minhas dúvidas são muitas, mas gostaria de perguntar apenas duas. Como fazer para que a criança varie a alimentação e não coma apenas duas ou três tipos de comida? É comum nas crianças com autismo observamos o comer seletivo e/ou as alterações sensoriais que comprometem uma alimentação adequada? E devido a essa síndrome ele tem direito a adquirir um automóvel com isenção dos impostos? Obrigado por essa oportunidade e por abordar esse assunto no programa!! Abraço a equipe!

Resposta: No primeiro caso, o ideal é utilizar a terapia comportamental para orientar os pais e outros cuidadores (avós, irmãos, babás, etc...) assim, aos poucos, a criança conseguirá experimentar novos alimentos. Tratando-se de alteração sensorial, a melhor alternativa é a integração sensorial, realizada por terapeuta ocupacional, fisioterapeuta ou outros

profissionais com especialização na técnica. Sugiro que se informe sobre a LEI 12.764/2012 e seus decretos regulamentadores. Os pacientes com TEA têm direito, não só a isenção do imposto, mas a outros benefícios.

Pergunta: Giovani Medeiros Silva

Bom dia! Assisti a entrevista com uma médica que esclareceu algumas dúvidas sobre Autista. Pergunto: há possibilidade de uma criança (sexo feminino) nascer Autista? Só conheço menino com essa síndrome.

Resposta: Sim. Apesar da prevalência (número total de casos existentes numa determinada população e num determinado período) dos casos de autismo se maior no sexo masculino, a proporção é de 4:1, ou seja, quatro meninos para cada menina têm particularidades na apresentação e merece atenção.

Pergunta: Patrícia

Sou professora na educação infantil, gostaria de saber como posso trabalhar com as crianças autistas em sala de aula? Adorei o assunto, gostaria de saber mais! Obrigada!

Resposta: Patricia, sugiro que você procure a Cartilha Autismo – Uma Realidade – Cartunista Ziraldo, no site da ONG Autismo e Realidade ou no site da AMA/SP.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

Um sopro que dá alegria

Projeto social de inclusão ajuda deficientes visuais a recuperar a autoestima.

Fonte: Como Será? – Não encontrado – 02/04/2016

O projeto Música Transformando Vidas começou em 2009, idealizado pelo maestro Paulo Eduardo Mauá. Ele conheceu o Sílvio Roberto de Souza, que ficou cego aos 31 anos. O rapaz, que estudou música, chamou outros deficientes visuais para formar uma turma. Ali, nascia um grupo de flautistas, que mandaram embora qualquer preconceito ou limitação.

Para ter acesso à matéria, clique [aqui](#).

Aplicativo colaborativo ajuda na mobilidade de cadeirantes

O aplicativo mapeia a acessibilidade dos lugares para facilitar a locomoção de pessoas com mobilidade reduzida.

Fonte: Deficiente Ciente – Vera Garcia – 03/04/2016

O administrador Bruno Mahfuz é cadeirante há 15 anos. A partir de sua própria experiência, ele criou um aplicativo que tem como objetivo facilitar a vida de pessoas com dificuldade de locomoção: o Guia de Rodas. "A criação do aplicativo é a história da minha vida. Não dá para saber como os lugares são em relação à acessibilidade. A gente conhece pela referência, se é um bom lugar, se tem uma boa comida, um bom ambiente, mas nunca falamos sobre o acesso. Então, surgiu o Guia de Rodas, um aplicativo que trata de pessoas com dificuldade de locomoção, como cadeirantes, idosos ou uma pessoa com um membro afetado", explica Bruno.

Bruno contou com a ajuda de mais dois amigos para lançar o Guia de Rodas, os profissionais em tecnologia da informação Leandro Beldi e Otávio Ribeiro. O aplicativo está disponível gratuitamente para aparelhos iOS e Android desde 15 de fevereiro e já tem mais 2 mil downloads. O serviço conta com a colaboração do público para identificar as condições e avaliar a acessibilidade dos estabelecimentos, como restaurantes, comércio e cinemas. É possível localizar os locais próximos ao usuário por meio do foursquare, um app de geolocalização que recomenda lugares.

Após o cadastro, o usuário avalia o local em até 30 segundos, levando em conta informações como vagas especiais ou manobristas, a circulação interna e se há estruturas apropriadas, como elevadores e banheiros. “Você entra no estabelecimento e abre o aplicativo. O próprio GPS do celular vai reconhecer o local e, então, ele poderá ser avaliado. A cor verde indica que o lugar é acessível; amarelo é acesso parcial; e vermelho é sem acesso. Tem também a cor cinza, que significa que o estabelecimento ainda não foi avaliado”, explica o administrador.

De acordo com Bruno Mahfuz, o aplicativo pode ser utilizado no mundo inteiro, mas por enquanto está disponível em português. Em breve, ele será atualizado para as versões em inglês e espanhol. “Precisamos que todos avaliem a acessibilidade dos lugares. Não estamos fazendo esse guia sozinho, queremos a participação da sociedade”, afirma Mahfuz.

Deficientes fazem ‘Cadeiraço’ para cobrar acessibilidade em Rio Claro

Manifestação reuniu centenas de pessoas no Jardim Público da cidade. ‘Nossos direitos estão sendo violados e ninguém está fazendo nada’.

Fonte: G1 São Carlos e Araraquara – Não encontrado – 09/04/2016

Centenas de pessoas participaram de um ‘Cadeiraço’ em Rio Claro (SP) neste sábado (9). Os manifestantes se reuniram no Jardim Público, no Centro da cidade, para cobrar melhores condições de acessibilidade.

“Constantemente os nossos direitos estão sendo violados e ninguém está fazendo nada. Então nós nos reunimos para lutar para que as pessoas respeitem os direitos das pessoas com deficiência”, disse Juliana Oliva, delegada das pessoas com deficiência e uma das participantes do ato.

A ação reuniu cadeirantes e pessoas sem nenhum tipo de deficiência, como a estudante Myriam Roberto Gomes.

“A humanidade é muito egocêntrica. Então, se eu não estou em uma cadeira, para mim tudo bem, ok. Mas aí, se a gente vê toda a luta que eles passam para entrar em uma loja que não tem estrutura certa, para entrar em alguma coisa que não tem estrutura certa, nós vamos estar nos sentindo no lugar deles”, defendeu a jovem.

Obstáculos

O estudante Pablo Coelho também participou da mobilização e contou que não há um dia em que não volte para casa indignado por conta dos desníveis e dimensões de calçadas, ruas e estabelecimentos.

Os mesmos problemas atrapalham o advogado Marçal Casagrande. Ele foi diagnosticado com distrofia muscular há 7 anos. Os músculos foram perdendo a força e, por isso, passou a andar de cadeira de rodas. Hoje, seu desejo é ter liberdade para se locomover.

“Meu maior sonho é não depender de ninguém, é poder atravessar uma rua sem ter que pedir ajuda para ninguém, poder ir ao banco sem precisar de ajuda, ir a um restaurante”.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

Um ídolo de superações

Daniel Dias contou com a ajuda da Associação Desportiva para Deficientes para se tornar o maior medalhista brasileiro nas Paralimpíadas

Fonte: Como Será? – Não encontrado – 09/04/2016

O Daniel Dias nasceu com má formação congênita dos membros superiores e de uma das pernas. Mas isso nunca desestimulou o garoto, que queria fazer esportes. Ele e o pai descobriram, em São Paulo,

uma instituição que promove o desenvolvimento de pessoas com deficiência por meio do esporte adaptado. É a Associação Desportiva para Deficientes, a ADD, fundada pela Eliane Miada e pelo professor de Educação Física, Steven Dubner. Em 20 anos, a associação já atendeu mais de 12 mil pessoas, com treinamentos de alto rendimento, para atletas de competição e com programas de atividades físicas para despertar o gosto por esportes como a natação, o atletismo e o basquete.

A ADD tem ainda um projeto em parceria com o Daniel Dias, trabalhando com nadadores para competições regionais e nacionais, visando a participação na Seleção Brasileira.

Para ter acesso à matéria, clique [aqui](#).

Jornal do Senado chega à 80ª edição em braille

Fonte: Agência Senado – Da Redação – Marcos Oliveira – 14/03/2016



Revisão é feita pelos colaboradores cegos do Serviço de Impressão em Braille

O Senado publicará neste mês a 80ª edição da versão em braille do Jornal do Senado. Distribuída gratuitamente a entidades voltadas aos deficientes visuais e bibliotecas — inclusive de Portugal — que tenham cegos como leitores, a publicação é um resumo das matérias e reportagens sobre os assuntos mais relevantes da atividade legislativa do mês anterior. Não há nenhum custo de envio pelos Correios, que não cobram a postagem por ser uma publicação em braille.

A proximidade das informações com a realidade dos leitores é o principal critério para escolha das matérias. Por isso, ganham destaque temas que tratam dos direitos das pessoas com deficiência, explicou o diretor-adjunto da Secretaria Agência e Jornal do Senado, Flávio Faria.

— Nós tentamos equacionar o interesse deles com os acontecimentos mais relevantes, com base no que é publicado no jornal, visto que não temos condições de publicar em braille um jornal diário ou semanal, devido ao processo de produção ser demorado — disse.

Segunda edição

A Fundação Dorina Nowill, localizada na cidade de São Paulo, é uma das 160 instituições que recebem mensalmente a versão em braille do jornal. Na biblioteca da entidade, a publicação fica exposta na recepção, disponível para os mais de 1,5 mil cegos que frequentam o local.

A coordenadora da biblioteca, Renata Lopes, relata que, além do Jornal do Senado, há somente mais uma publicação em braille com notícias factuais.

— Nós lutamos para que as pessoas com deficiência tenham acesso à leitura, cultura e lazer, a fim de gozar da vida plena. Então o Jornal do Senado em braille contribui de uma forma inclusiva muito bacana, já que a informação deveria ser igual para todos — disse a coordenadora.

No primeiro dia útil do mês, a edição em braille começa a ser montada.

São selecionadas entre 25 e 30 reportagens, entre as notícias publicadas na versão diária do Jornal do Senado, que passam por uma segunda edição. O material é então enviado ao Serviço de Impressão em Braille, da Secretaria de Editoração e Publicações (a gráfica do Senado), onde é transcrito para o braille com o auxílio do software Braille Fácil.

Posteriormente, é preciso adequar o texto às normas de linguagem impressa em alto relevo, segundo a chefe do Serviço de Impressão em Braille, Marinete Brito.

— A primeira impressão em alto relevo passa por uma revisão, feita pelos nossos colaboradores cegos. Após alguma correção, toda a tiragem é impressa — explicou Marinete.

Todo o processo leva entre cinco e sete dias.

História

A versão em braille do Jornal do Senado nasceu em 2009. Com o tempo, o produto foi se aperfeiçoando conforme a necessidade do público leitor, de acordo com Flávio Faria.

Em 2012, um leitor deficiente visual alertou para a dificuldade em tatear o jornal que, na época, utilizava a encadernação em brochura.

— Ele também disse que não conseguia ler as matérias no ônibus porque o jornal não dobrava. São observações que a gente, que não possui deficiência visual, não imagina. Ele nos alertou e, na edição seguinte, adotamos a encadernação em espiral, sugerida por ele — afirmou o diretor-adjunto.

A localização e o formato da impressão em braille na capa, com informações sobre a edição, também mudaram. Antes horizontal e na parte inferior, passaram a ser vertical e à esquerda, o que facilita a sua localização pelos leitores cegos que procuram pela publicação nas estantes da biblioteca.

A redução dos textos também foi uma sugestão recebida e colocada em prática. Uma reportagem do Jornal do Senado, se publicada na íntegra, pode ocupar de cinco a seis páginas impressas em braille. Decidiu-se, então, acrescentar um número maior de notícias mais curtas em vez de textos longos.

— Para este ano, nós estudamos dar mais espaço para determinadas informações, visto que a leitura estava muito resumida e houve reclamações sobre a ausência de detalhes. O desafio é chegar a um formato em que a reportagem não seja muito longa, mas, ao mesmo tempo, tenha informações suficientes para a plena compreensão da notícia — disse Flávio.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

//NOTÍCIAS DO JUDICIÁRIO

TRF2: compatibilidade entre deficiência de candidato e atribuições do cargo deve ser avaliada no estágio probatório

Fonte: *Universo Jurídico* – 31/03/2016

No caso de preenchimento de vaga reservada a deficientes físicos, a verificação da compatibilidade ou não entre a deficiência apresentada pelo candidato e as atribuições do cargo deverá ser realizada durante o estágio probatório.

Com base nessa orientação, estabelecida pelo Decreto 3.298/99, a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2) reformou, por unanimidade, a sentença de primeira instância que havia extinguido, sem julgamento de mérito, a ação movida por um deficiente físico, aprovado em concurso público para a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

No caso, o apelante foi aprovado para o cargo de assistente de administração, contudo, ao realizar o exame admissional, a Junta Médica Pericial da UFES emitiu parecer de incompatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência do apelante. Acontece que o Decreto 3.298/99 (o qual regulamenta a Lei 7.853/89, que dispõe sobre a integração social das pessoas portadoras de deficiência) prevê que, exceto no que se refere a cargo em comissão ou função comissionada e cargo ou emprego público integrante de carreira que exija aptidão plena do candidato, a compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo pretendido deve ser avaliada por uma comissão multiprofissional, mas somente durante o estágio probatório.

Em seu voto, a desembargadora federal Vera Lúcia Lima, relatora do processo no TRF2, destacou ainda que o próprio edital do concurso público em questão prevê, no item 13.14, que “A compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada pelo candidato será avaliada durante estágio probatório, na forma estabelecida no §2º do artigo 43 do Decreto 3.298/99 e suas alterações”.

Sendo assim, segundo a magistrada, “o portador de deficiência deverá se submeter aos exames médicos admissionais da mesma forma que os demais candidatos, com o fito de verificar se este possui a higidez física e mental necessária ao ingresso no serviço público. Entretanto, a eventual incompatibilidade da deficiência que é portadora com as atribuições da função a ser exercida não poderá servir de fundamento para recusar-lhe a admissão ao cargo ou emprego público por falta de aptidão física”.

Além disso, na avaliação da relatora, corroborada pelo parecer do Ministério Público Federal, a descrição das atribuições do cargo de Assistente em Administração, apresentadas no item 16.2.1 do mesmo edital, não indica que haja incompatibilidade entre a deficiência do autor e as atribuições a serem desempenhadas por ele no cargo. Por isso, a desembargadora, a princípio, considerou a realização de prova pericial dispensável à elucidação do caso.

Processo 0101111-13.2013.4.02.5001

Projeto proíbe autoescolas de cobrarem a mais de deficiente auditivo

Fonte: *Agência Câmara Notícias* – Lara Haje / Luciana César – 01/04/2016

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei (PL) 4318/16, da deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), que proíbe as autoescolas de cobrarem valores superiores do deficiente auditivo pelo processo de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

O projeto insere dispositivo na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/15), que hoje já assegura ao candidato com deficiência auditiva a possibilidade de requerer serviços de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), para acompanhamento em aulas práticas e teóricas.

Entretanto, segundo Mara Gabrilli, “esta Casa legislativa tem recebido informações de que existem vários centros de formação de condutores que cobram do deficiente auditivo um valor mais alto do que aquele regularmente praticado para participação no processo de aprendizado referente às etapas do curso para obtenção da habilitação”.

A deputada apresentou a proposta para garantir o tratamento igualitário das pessoas com deficiência auditiva nos centros de formação de condutores.

Tramitação

De caráter conclusivo, a proposta será analisada pelas comissões de Viação e Transportes; de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

ÍNTEGRA DA PROPOSTA:

PL-4318/2016

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara Notícias'

CDH pode votar projeto que garante acessibilidade em imóveis do Minha Casa, Minha Vida

Fonte: Agência Senado – Da redação – 04/04/2016

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará reunião deliberativa na próxima quarta-feira (6), às 11h30. O destaque da pauta de votações é o PLS 650/2011, que garante o atendimento de demandas de acessibilidade para beneficiários do programa Minha Casa, Minha Vida. A pauta completa tem 21 itens, sendo 10 projetos de lei.

O PLS 650/2011 determina que os empreiteiros responsáveis pela construção dos imóveis financiados pelo programa Minha Casa, Minha Vida ficarão obrigados a promover, nas obras, as adaptações necessárias para atender às necessidades particulares dos beneficiários idosos e portadores de deficiência. Os interessados deverão comunicar suas demandas antes da formalização do contrato de compra e venda.

A legislação que regulamenta o Minha Casa, Minha Vida já obriga todos os imóveis do programa, bem como as áreas comuns dos empreendimentos, a terem condições mínimas de acessibilidade. O PLS 650 trata de necessidades específicas de beneficiários individuais.

O projeto é de autoria do senador Humberto Costa (PT-PE) e será votado na forma de um substitutivo do senador Paulo Paim (PT-RS). A decisão da CDH será terminativa, ou seja, o projeto não precisará ir a Plenário caso seja aprovado e poderá seguir direto para a Câmara dos Deputados.

Crianças

A CDH pode também apreciar algumas propostas que envolvem as crianças. O PLS 382/2011, por exemplo, determina que os centros de compras (como shopping centers) que possuem área de lazer infantil disponibilizem pelo menos 5% dos brinquedos com condições de acessibilidade para crianças portadoras de deficiência.

Já o PLS 531/2013 modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no que se refere às regras de adoção para permitir que apenas um dos adotantes atenda ao requisito de ser 16 anos mais velho do que o adotado (atualmente, ambos precisam cumprir essa regra).

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Os promotores Rafael Luiz Lemos, Cristiane Branquinho e Eliane Patrícia Albuquerque Soares

O Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE) Instituições e Direitos Sociais (IEDS) e as 3ª e 5ª Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência da Capital promoveram, nesta quinta-feira (31/03), oficina de trabalho com dirigentes e equipe técnica de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), localizadas nas áreas de atribuição das respectivas Promotorias de Justiça. O encontro aconteceu no auditório do edifício-sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ).

Durante o evento, foram discutidos aspectos observados no Roteiro de Atuação: O Ministério Público e a fiscalização do serviço de acolhimento institucional de longa permanência para idosos, lançado em 2015, pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência e pelo GATE IEDS. O material tem, entre os seus objetivos, aperfeiçoar e esclarecer o modo de atuação dos promotores de Justiça e de suas equipes técnicas na fiscalização das ILPIs.

Participaram da mesa de abertura o coordenador do GATE IEDS, promotor de Justiça Rafael Luiz Lemos de Souza e as promotoras de Justiça titulares das 3ª e 5ª Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência da Capital, respectivamente, Eliane Patrícia Albuquerque Soares e Cristiane Branquinho Lucas. Os técnicos do GATE IED, a assistente social Renata de Araujo Rios e o enfermeiro Romulo Delvalle, ministraram a palestra "Capacitação de Gestores e Profissionais de ILPIs".

A assistente social Renata de Araujo Rios abordou questões referentes aos serviços, constituição e recursos humanos destas instituições. De acordo com a assistente social, em um levantamento amostral realizado pelo GATE nas 20 instituições fiscalizadas pelas Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência da Capital, nos anos de 2014 e 2015, foram observadas deficiências, por exemplo, que em 83% há déficit de recursos humanos e em mais de 70% das ILPIs o número de profissionais de cuidados é insuficiente.

O enfermeiro Romulo Delvalle apresentou ferramentas para identificar os graus de dependência dos idosos, falou sobre procedimento operacional padrão, treinamento da equipe técnica em gerontologia, a importância do prontuário multiprofissional, dentre outros assuntos.

Ao final das palestras, as promotoras de Justiça e os técnicos do GATE esclareceram dúvidas da plateia e sortearam exemplares do roteiro.

[Clique aqui](#) para ver a versão em PDF do roteiro.

//INSTITUCIONAL

Oficina de trabalho reúne profissionais de instituições para idosos

Fonte: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – Detalhe Notícia – 01/04/2016



CAO Cível e CAO Idoso reúnem promotores para debater a interdição e a Lei de Inclusão

Fonte: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – Detalhe Notícia – 18/04/2016



Os Centros de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis e de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência reuniram-se, nesta segunda-feira (18/04), com promotores da capital e de diversos municípios para discutir pontos polêmicos da interdição de pessoas com deficiência. O encontro, que terá ainda outras edições, tem por objetivo a criação de diretrizes que irão orientar a atuação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro nessa área.

O debate se faz necessário por conta de modificações trazidas pela nova Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que entrou em vigor em janeiro deste ano, e também pelo novo Código de Processo Civil, que passou a vigorar este mês. Entre as questões que suscitaram dúvidas estão os limites da curatela; a situação de pessoas interdadas antes da LBI; o regime da tomada de decisão apoiada; o curador como representante ou assistente do curatelado; e a habilitação para o casamento.

MPRJ promove curso de capacitação em Libras para membros e servidores

Fonte: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – Detalhe Notícia – 19/04/2016



A ouvidora Georgea Marcovecchio participa da aula com a professora Loise

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) deu início, nesta segunda-feira (18/04), ao Curso de Capacitação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) – Módulo Básico para membros e servidores da instituição.

O curso é promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) e pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência.

A aula inicial foi ministrada pela professora Loise Soares de Azevedo, professora auxiliar de libras da Universidade Federal do Rio de Janeiro e tutora de libras da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio. Ela abordou os aspectos históricos da língua de sinais, mencionou como precursora a francesa (LSF) e explicou que as línguas de sinais não são universais, cada país desenvolveu a própria. A professora apontou ainda as semelhanças com a língua oral, como a existência de regionalismos linguísticos; e as diferenças, como a substituição da palavra ou item lexical, como conhecemos na oralidade, por sinais e gestos.

Participam do curso a ouvidora Georgea Marcovecchio, a procuradora de Justiça Elizabeth Carneiro de Lima, além de servidores do MPRJ.

A Libras é a língua oficial da comunidade surda brasileira. Foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão pela Lei 10.436/2002 e regulamentada pelo decreto 5626, em 22 de dezembro de 2005.

O próximo encontro ocorrerá nesta terça e abordará os temas a História do surdo na humanidade: da Idade Antiga à Idade Contemporânea e a educação dos surdos; Escolas/métodos e atual proposta de ensino; O bilinguismo e a pedagogia visual.